



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE A	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: <i>Gabinete do Presidente:</i> Despacho n° 01/2012: Nomeia o Tenente Coronel João Rodrigues da Silva Drujco, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, para exercer, em regime de acumulação, o cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional.....1074
	CONSELHO DE MINISTROS: Resolução n° 28/2012: (II Série) Nomeia Florenço Mendes Varela, mestre em ciências da educação, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Presidente do Instituto Universitário de Educação.....1074 CHEFIA DO GOVERNO: <i>Gabinete do Primeiro-Ministro:</i> Despacho n° 27/2012: Autorizando o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima a realizar despesas para execução da empreitada de “Reabilitação e ampliação de duas Unidades Sanitárias de Base, no concelho do Porto Novo”.....1074 MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS: <i>Gabinetes das Ministras:</i> Extracto de despacho conjunto n° 12/2012: Designando os médicos abaixo indicados para, em regime de acumulação de serviço, integrarem as Comissões de Verificação de Incapacidade de Barlavento e de Sotavento.1074
PARTE C	

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:*Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto do despacho nº 1316/2012:**

Dando por finda, o contrato de gestão de Cristino Elísio Carvalho Sanches, como Director de Serviço de Contratação Pública da Direcção-Geral do Património e de Contratação Pública.1075

*Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública:***Extracto de despacho nº 1317/2012:**

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Georgina da Moura, na qualidade de unido de facto de Jorge Silves Ferreira, que foi aposentado.1075

Extracto de despacho nº 1318/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Mafalda Lopes Martins Semedo, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante de filho menor de Fernando Jorge Ferreira Semedo, que foi aposentado.1075

Extracto de despacho nº 1319/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Maria Amélia Moreira, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Manuel Borges, que foi aposentado.1075

Extracto de despacho nº 1320/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Suzana da Graça Chantre, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Luis Antão dos Santos, que foi aposentado.1076

Extracto de despacho nº 1321/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Gracieth Ramos Guilherme, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Carlos Rodrigues Filho, que foi aposentado.1076

Extracto de despacho nº 1322/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Maria do Livramento Monteiro Fortes, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Armando António Lima Fortes, que foi aposentado.1076

Extracto de despacho nº 1323/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Corsino António Fortes, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Maria Madalena Spencer Rodrigues Fortes, que foi aposentada.1076

Extracto de despacho nº 1324/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Faustina Júlia Monteiro de Andrade Almeida, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Vitor Almeida, que foi aposentado.1076

Extracto de despacho nº 1325/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Gregória Soares dos Santos, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante de 4 filhos menores de Maximiano Soares Cardoso que foi guarda florestal.1076

Extracto de despacho nº 1326/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Catarina Lopes da Moura, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Belmiro Lopes Semedo, que foi guarda nocturno.1076

Extracto de despacho nº 1327/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Amália Silva da Veiga, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Mário Sanches da Veiga, que foi guarda florestal.1077

Extracto de despacho nº 1328/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Maria Filomena dos Santos Tavares, na qualidade de mãe representante de menor de Manuel Sousa Melo, que foi ex-guarda do MDR.1077

Extracto de despacho nº 1329/2012:

Fixando a pensão de sobrevivência a favor de Francisco Lopes de Pina, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Gabriela Mendes Alves de Pina, que foi ajudante de serviços gerais.1077

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:*Gabinete do Ministro:***Extracto de despacho nº 1330/2012:**

Reconhecendo, como pessoa jurídica, a “ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DOS ACÓLITOS DA IMACULADA CONCEIÇÃO”.1077

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:*Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extrato do despacho nº 1331/2012:**

Nomeando, Ivandra Pina Vieira, licenciada em Gestão de Empresas, candidata aprovada em concurso, para, provisoriamente, exercer as funções de técnico superior, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território.1077

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA:**Gabinete do Ministro:****Despacho nº 21/2012:**

Autorizada a SDTIBM a proceder à cedência dos terrenos necessários ao desenvolvimento do POD “White Sands”, relativo ao lote POD.CSM.06, sito na subzona “Porto de Santa Mónica”, ZDTI de Santa Mónica..... 1078

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPOTOS:**Direcção dos Recursos Humanos:****Extracto de despacho nº 1332/2012:**

Contratando José Carlos Mendes Lopes, para exercer o cargo de professor do ensino secundário, na Escola Secundária de “Achada Monte” São Miguel de Santiago..... 1078

Extracto de despacho nº 1333/2012:

Contratando Evanilde Sofia Rodrigues, para exercer o cargo de educadora de infância de primeira, na Delegação do MED de São Miguel de Santiago..... 1078

Extracto de despacho nº 1334/2012:

Contratando Ronise Cibele Sousa da Cruz, para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago..... 1078

Extracto de despacho nº 1335/2012:

Atribuindo a redução sobre a carga horária semanal da componente letiva aos professores, Ângela Cabral Carvalho e José Maria de Pina Tavares..... 1078

Extracto de despacho nº 1336/2012:

Atribuindo a redução sobre a carga horária semanal da componente letiva aos professores que indica..... 1079

Extracto de despacho nº 1337/2012:

Atribuindo a redução sobre a carga horária semanal da componente letiva à professora, Júlia Maria Soares Silva..... 1079

Extracto de despacho nº 1338/2012:

Atribuindo a redução sobre a carga horária semanal da componente letiva à professora, Maria de Jesus Assunção..... 1079

Extracto de despacho nº 1339/2012:

Concedendo licença sem vencimento aos professores, Alfredo Gomes de Pina e Luzia Mendes Oliveira, e prorrogando licença sem vencimento à Clotilde de Fátima de Pina..... 1079

Extracto de despacho nº 1340/2012:

Atribuindo a redução sobre a carga horária semanal da componente letiva aos professores que indica..... 1080

Extracto de despacho nº 1341/2012:

Prorrogando a requisição de Antero da Conceição Monteiro Fernandes, para exercer o cargo de Diretor da Cooperação, Descentralização e Migração da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago..... 1080

Extracto de despacho nº 1342/2012:

Contratando Basileu Inácio Neves, para exercer o cargo de professor do ensino secundário adjunto, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão..... 1080

Extracto de despacho nº 1343/2012:

Contratando, Olímpio Olegário Mendes Tavares, para exercer o cargo de professor do ensino secundário, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago..... 1080

Extracto de despacho nº 1344/2012:

Contratando, Milena Furtado Varela, para exercer o cargo de professora do ensino secundário, na Escola Secundária de “Chão Bom” de Santiago..... 1080

Extracto de despacho nº 1345/2012:

Contratando, Nuno Alexandre de Jesus Costa, para exercer o cargo de professor do ensino secundário, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão..... 1081

Extracto de despacho nº 1346/2012:

Contratando, Aires dos Reis Fortes da Cruz, para exercer o cargo de professor do ensino secundário, na Escola Secundária de “Coculi” de Santo Antão..... 1081

Extracto de despacho nº 1347/2012:

Contratando, Losito Tavares de Sousa, para exercer o cargo de professor do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária de “Achada Monte” São Miguel de Santiago..... 1081

Extracto de despacho nº 1348/2012:

Contratando, Linda Mafalda Vaz Tavares, para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago..... 1081

Extracto de despacho nº 1349/2012:

Contratando, Eunice Helena Coronel Duarte, para exercer o cargo de professora do ensino básico de primeira, na Delegação do MED do “Sal..... 1081

Extracto de despacho nº 1350/2012:

Contratando, Ana Maria Fortes, para exercer o cargo de professora do ensino secundário, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão.....1081

Extracto de despacho nº 1351/2012:

Contratando, José Augusto Furtado Miranda, para exercer o cargo de professor do ensino básico de primeira, na Delegação do MED de “São Miguel” de Santiago.....1081

Extracto de despacho nº 1352/2012:

Contratando, Idair Augusto Brito Camacho, para exercer o cargo de professor do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária do “Tarrafal” de Santiago.1081

Extracto de despacho nº 1353/2012:

Contratando, Liliana Linete Lima Lopes, a para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária do “Tarrafal” de Santiago.1081

Extracto de despacho nº 1354/2012:

Contratando, Anick Sofia Furtado da Cruz, para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária “Alfredo da Cruz Silva” Santa Cruz de Santiago.1081

Extracto de despacho nº 1355/2012:

Contratando, Adilson Mendes Gonçalves, para exercer o cargo de professor do ensino secundário principal, na Escola Secundária “Cónego Jacinto Peregrino da Costa” Praia, Santiago.1082

Extracto de despacho nº 1356/2012:

Contratando, Maria do Livramento Campinha Lopes, para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, na Escola Secundária “Abílio Duarte” Praia, Santiago.....1082

Extracto de despacho nº 1357/2012:

Reformulando o contrato, à Ana Lurdes de Sousa Tavares, monitora especial, em regime de contrato, exercendo funções na Delegação do MED de Santa Catarina de Santiago.....1082

Extracto de despacho nº 1358/2012:

Concedendo licença sem vencimento, à Eunisse Estevão Tavares dos Reis Landim, monitora especial..... 1082

Rectificação nº 103/2012:

Rectificando o despacho de S. Ex.^a ex-Ministra da Educação e Ensino Superior, de 23 de Junho de 2009, referente a transferência, para o quadro de pessoal do Instituto Pedagógico de Cabo Verde.1082

Rectificação nº 104/2012:

Rectificando o despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação, de 29 de Agosto de 2012, referente a redução da carga horária do professor Ladislau José Moreira Santos.....1082

Rectificação nº 105/2012:

Rectificando o despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto, de 3 de Julho de 2012, referente a promoção por mérito excepcional atribuído à Maria Augusta Alves de Oliveira Antunes.1082

Rectificação nº 106/2012:

Rectificando o despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto, de 3 de Julho de 2012, referente a promoção por mérito excepcional atribuído ao Carlos Quintino Craveiro Rocha.....1082

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1359/2012:**

Autorizando a requisição de Maria da Gloria Silva, técnica superior, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Rural, para a Câmara Municipal da Praia.....1082

MUNICÍPIO DA BOA VISTA:***Câmara Municipal:*****Extracto de despacho nº 1360/2012:**

Nomeando Geraldo Sousa Brito e Roberta Fragalá Barros, para, em regime de contrato de gestão, desempenharem funções na Câmara Municipal da Boa Vista, no cargo que indica.....1083

Extracto de despacho nº 1361/2012:

Contratando Fabienne Louise Silva Oliveira, Isaac Ricardo Lima Benholiel e Gilson César Fragalá Barros, para, em regime de contrato de gestão, desempenharem funções na Câmara Municipal da Boa Vista, no cargo que indica.....1083

PARTE G

	<p>MUNICÍPIO DO MAIO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Deliberação n° 002/2012:</p> <p>Prorrogando o contrato a termo à Carolina Livramento Santos e Orlanda Eugenia dos Santos Gomes Monteiro.....1083</p> <p>Deliberação n° 003/2012:</p> <p>Concedendo licença sem retribuição a Miguel Silva Rosa, técnico superior, da Câmara Municipal do Maio.1083</p> <p>MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA DE FOGO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Deliberação n° 002/2012:</p> <p>Nomeando João Fernandes Fontes, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Secretário Municipal, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo.1083</p> <p>MUNICÍPIO DO SAL:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de despacho n° 1362/2012:</p> <p>Contratando Odair Augusto Almeida Brito e Ronilda Delgado Correia Gomes, para exercerem função na Câmara Municipal do Sal, como indica.....1084</p> <p>MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de despacho n° 1363/2012:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento à Délcia Helena Fernandes Freire, arquitecta da Câmara Municipal do Tarrafal.1084</p> <p>Extracto de despacho n° 1364/2012:</p> <p>Promovendo Belarmino Ferreira Lopes, técnico superior, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal.1084</p> <p>Extracto de despacho n° 1365/2012:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento a Manuel dos Santos Ferreira, técnico profissional, desempenhando as funções de canalizador de Serviço Autónomo de Água.....1084</p> <p>Extracto de despacho n° 1366/2012:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento à Teresa de Santa Tavares Silva, técnico profissional, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal.1084</p> <p>Extracto de despacho n° 1367/2012:</p> <p>Concedendo licença sem vencimento à Filomena Tavares Fernandes, ajudante de serviços gerais, do quadro privativo da Câmara Municipal do Tarrafal.1084</p>
<p>PARTE H</p>	<p>OREDEM DOS ADVOGADOS DE CABO VERDE:</p> <p><i>Assembleia-Geral:</i></p> <p>Anúncio n° 41/2012:</p> <p>Tornando público a lista única de candidatura aos órgãos nacionais da Ordem dos Advogados de Cabo Verde.....1085</p>
<p>PARTE I 1</p>	<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:</p> <p><i>Direcção-Geral de Administração:</i></p> <p>Anúncio de concurso n° 42/2012:</p> <p>Tornando público a classificação final dos candidatos aprovados no concurso de recrutamento de condutores, homologado por despacho de S. Ex^a o Ministro da Justiça.1085</p>

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despacho nº 01/2012

O Conselho Superior de Defesa Nacional, órgão de consulta em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas, é, conforme determina a alínea c) do artigo 135.º da Constituição da República, presidido pelo Presidente da República.

A Lei n.º 62/IV/92, de 30 de Dezembro, republicada na *Boletim Oficial* n.º 3, I Série, de 8 de Fevereiro de 1993, estabelece, no seu artigo 23.º,

n.º 9, que o Conselho Superior de Defesa Nacional é secretariado por um oficial superior das Forças Armadas em acumulação de funções, designado pelo Presidente da República.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 23.º da Lei n.º 62/IV/92, de 30 de Dezembro, é nomeado o Tenente Coronel João Rodrigues da Silva Drujo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, para exercer, em regime de acumulação, o cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, com efeito imediato.

Palácio da Presidência da República, na Praia, aos 22 de Outubro de 2012. – O Presidente, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

PARTE C

CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Resolução nº 28/2012 (II Série)

de 26 de Outubro

O Instituto Universitário de Educação nasceu da reconfiguração do Instituto Pedagógico, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 17/2012, de 21 de Junho, e é uma instituição de ensino superior pública que tem como atribuições precípuas a educação, investigação pedagógica e a prestação de serviços à comunidade.

A criação do Instituto Universitário de Educação se não acompanhou da aprovação do respectivo estatuto orgânico. Contudo, de acordo com o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20/2012, de 19 de Julho, o dirigente máximo dos institutos universitários públicos têm a designação de Presidente.

Acresce que durante o período de instalação de uma instituição de ensino superior pública, o respectivo dirigente máximo é livremente nomeado por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro de Governo responsável pelo ensino superior.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 20/2012, de 19 de Julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Florenço Mendes Varela, Mestre em Ciências da Educação, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Presidente do Instituto Universitário de Educação.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Outubro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho nº 27/2012

Ao abrigo e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 42º do Regulamento da Lei das Aquisições Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, autorizo o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima a realizar despesas para execução da empreitada de “Reabilitação e ampliação de duas Unidades Sanitárias de Base, no concelho do Porto Novo”, no montante de 28.159.604\$00 (vinte e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e quatro escudos).

Gabinete do Primeiro-Ministro, na cidade da Praia, aos 18 de Outubro de 2012. – O Primeiro -Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

—oço—

MINISTÉRO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Gabinetes das Ministras

Despacho conjunto nº 12/2012

A gestão dos ramos de doença e de pensões, sob o comando directo da entidade gestora, tem sido marcada pela ausência de mecanismos de fiscalização, com efeitos negativos e consequências, a médio e longo prazo, na sustentabilidade do sistema em geral e do ramo de doença, em particular, justificando-se, por conseguinte, medidas que visem o reforço da fiscalização, não só das baixas na doença, como também das situações determinantes da invalidez e de outras prestações do regime contributivo.

A verificação de incapacidade deve desempenhar um papel fundamental na prossecução do objectivo referido, procurando-se uma maior clareza sobre a avaliação das incapacidades temporárias e outras situações que exigem a verificação do direito às prestações.

A protecção do trabalhador nas situações de incapacidade é precedida de avaliação da sua incapacidade para o trabalho, efectuada por entidade competente na matéria.

Com a publicação da nova regulamentação sobre a protecção social dos trabalhadores por conta de outrem, a apreciação da incapacidade foi cometida à Comissão de Verificação de Incapacidades, assim como a avaliação de outros pressupostos na área da saúde para a atribuição de prestações – lê-se no preâmbulo da Portaria nº. 22/2004, de 09 de Agosto.

Assim, convindo designar os integrantes das Comissões de Verificação de Incapacidades;

Ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 74º do Decreto-Lei 5/2004, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50/2009, de 30 de Novembro, conjugado com o estabelecido nos artigos 7º e 9º nº 4 da Portaria 34/2011, de 3 de Outubro;

Determinamos:

1. São designados os médicos abaixo indicados para, em regime de acumulação de serviço, integrarem as Comissões de Verificação de Incapacidade de Barlavento e de Sotavento, como a seguir se discrimina:

a) COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADES DE BARLAVENTO, com jurisdição sobre as ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boavista:

Efectivos:

Dr. José Antonio do Rosário Sousa Santos – Presidente

Dr.ª. Nair Chantre Santos Lucas

Dr. Tito Lívio Rodrigues

Suplentes:

Dr.ª. Joana Tavares Vieira Freitas

Dr.ª. Adelaide Mª Brito Lima Miranda

b) COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADES DE SOTAVENTO, com jurisdição sobre as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava:

Efectivos:

Dr.ª. Maria José Neto Duarte Fonseca – Presidente

Dr. Graciano Antonio Gomes Cardoso

Dr. Helder Margarito Évora Tavares

Suplentes:

Dr. Danielson Pereira Barreto da Veiga

Dr.ª. Hironidina Vaz Borges

O presente despacho produz efeitos imediatos

Gabinetes da Ministra-adjunta e da Saúde e da Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, aos 10 de Julho de 2012. – As Ministras, *Maria Cristina L. A. Fontes Lima* e *Janira Hopffer Almada*.

—o§o—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1316/2012. – De S. Exª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 4 de Outubro de 2012:

É dado por findo, a seu pedido, o Contrato de Gestão de Cristino Elísio Carvalho Sanches, como Director de Serviço de Contratação Pública da Direcção Geral do Património e de Contratação Pública, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2012.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 18 de Outubro de 2012. – A Directora-Geral, p.s. *Paula Ermelinda de Figueiredo Vieira*.

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Extracto de despacho nº 1317/2012. – De S. Exª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Exª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Georgina da Moura, na qualidade de unido de facto de Jorge Silves Ferreira, que foi aposentado, falecido a 6 de Fevereiro 2006, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 386.748\$00 (trezentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e oito escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva386.748\$00

Esta pensão beneficia dos aumentos legais, nos termos do artigo 82º da Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei 9/2007 de 8 de Março, artigo 11º do Decreto-Lei nº 49/2007, de 28 de Dezembro, e o artigo 12º do Decreto-Lei nº 46/2008, de 19 de Dezembro, o artigo 15º do Decreto-Lei nº 69/2009 de 30 de Dezembro.

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2006 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1318/2012. – De S. Exª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Exª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Mafalda Lopes Martins Semedo, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante de filho menor de Fernando Jorge Ferreira Semedo, que foi aposentado, falecido a 8 de Abril 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor e do filho menor o valor anual de 56.832\$00 (cinquenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva: 28.416\$00

Filho:

Bremer Márcio Martins Semedo.....28.416\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 8 de Abril de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1319/2012. – De S. Exª o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Exª a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Maria Amélia Moreira, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Manuel Borges, que foi aposentado, falecido a 16 de Maio 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 212.244\$00 (duzentos e doze mil e duzentos e quarenta e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva212.244\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 16 de Maio de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1320/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Suzana da Graça Chantre, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Luis Antão dos Santos, que foi aposentado, falecido a 15 de Janeiro 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e Maria do Livramento Monteiro Fortes, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Armando António Lima Fortes, que foi Aposentado 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 229.584\$00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e oitenta e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 229.584\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1321/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Gracieth Ramos Guilherme, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Carlos Rodrigues Filho, que foi aposentado, falecido a 18 de Abril 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e artigo 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 249.300\$00 (duzentos e quarenta e nove mil e trezentos escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 249.300\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 18 de Abril de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1322/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Maria do Livramento Monteiro Fortes, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Armando António Lima Fortes, que foi aposentado, falecido a 4 de Abril 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 672.324\$00 (seiscentos e setenta e dois mil e trezentos e vinte e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 672.324\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1323/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Corsino Antonio Fortes, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Maria Madalena Spencer Rodrigues Fortes, que foi aposentada, falecida

a 24 de Maio 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 495.360\$00 (quatrocentos e noventa e cinco mil e trezentos e sessenta escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúvo 495.360\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 24 de Maio de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1324/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 27 de Agosto de 2012:

Faustina Júlia Monteiro de Andrade Almeida, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Vitor Almeida, que foi aposentado, falecido a 7 de Janeiro 2012, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 170.916\$00 (cento e setenta mil e novecentos e dezasseis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 170.916\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2012 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1325/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 28 de Agosto de 2012:

Gregória Soares dos Santos, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante de 4 filhos menores de Maximiano Soares Cardoso que foi Guarda Florestal, falecido a 23 de Julho de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor e dos filhos menores o valor anual de 96.876\$00 (noventa e seis mil e oitocentos e setenta e seis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 29.724\$00

Filhos:

Misael dos Santos Cardoso..... 16.788\$00

Isabel dos Santos Cardoso..... 16.788\$00

Celino António dos Santos Cardoso..... 16.788\$00

Maria Eduarda dos Santos Cardoso..... 16.788\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 23 de Julho de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1326/2012. – De S. Ex^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 28 de Agosto de 2012:

Catarina Lopes da Moura, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Belmiro Lopes Semedo, que foi guarda nocturno, falecido a 14 de

Dezembro de 2010, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 29.592\$00 (vinte e nove mil e quinhentos e noventa e dois escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 29.592\$00

Tem a pagar a quantia de 138.172\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 555 prestações sendo a primeira prestação no valor de 226\$00 e os restantes no valor de 249\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2010 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1327/2012. – De S. Ex.^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex.^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 28 de Agosto de 2012:

Amália Silva da Veiga, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Mário Sanches da Veiga, que foi guarda florestal, falecido a 5 de Janeiro de 2010, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 68.784\$00 (sessenta e oito mil e setecentos e oitenta e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 68.784\$00

Tem a pagar a quantia de 222.082\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 500 prestações sendo a primeira prestação no valor de 526\$00 e os restantes no valor de 444\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 5 de Janeiro de 2010 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1328/2012. – De S. Ex.^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex.^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 28 de Agosto de 2012:

Maria Filomena dos Santos Tavares, na qualidade de mãe representante de menor de Manuel Sousa Melo, que foi ex guarda do MDR, falecido a 12 de Abril de 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor do filho menor o valor anual de 83.916\$00 (oitenta e três mil e novecentos e dezasseis escudos) conforme a discriminação seguinte:

Filho:

Rúben dos Santos Melo 83.916\$00

Tem a pagar a quantia de 342.353\$00 quota em atraso para efeito de pensão de aposentação e sobrevivência que serão amortizadas em 400 prestações sendo a primeira prestação no valor de 809\$00 e os restantes no valor de 856\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2011 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extracto de despacho nº 1329/2012. – De S. Ex.^a o Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública por delegação da S. Ex.^a a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 28 de Agosto de 2012:

Francisco Lopes de Pina, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Gabriela Mendes Alves de Pina, que foi ajudante de serviços

gerais, falecido a 3 de Fevereiro de 2010, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência seu favor o valor anual de 108.144\$00 (cento e oito mil e cento e quarenta e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúvo 108.144\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2010 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

As despesas têm cabimento na verba da Orgânica 10.12 Div.15 – cl. 3.05.03.01.02 - encargos comuns do Orçamento vigente do Ministério das Finanças. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 12 de Setembro de 2012.)

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, aos 19 de Outubro de 2012. – O Director, *Elias Mendes Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Extracto do despacho nº 1330/2012. – De S. Ex.^a o Ministro da Justiça:

De 11 de Outubro de 2012:

Nos termos da base XI n.º 2 e XII n.º 2 da Lei n.º 4/71, de 21 de Agosto e ao abrigo do disposto no artigo 1º do Decreto n.º 216/72, de 27 de Junho, aplicável por força da Portaria n.º 504/74, de 31 de Agosto, vá reconhecida, como pessoa jurídica, a “ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DOS ACÓLITOS DA IMACULADA CONCEIÇÃO”.

Gabinete do Ministro da Justiça, na Praia, aos 11 de Outubro de 2012. – O Director de Gabinete, *José Carlos Gomes Ferreira*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1331/2012. – S. Ex.^a a Ministra do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território:

De 24 de Junho de 2011:

Ivandra Pina Vieira, licenciada em Gestão de Empresas, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, ao abrigo do disposto na alínea c), n.º 2, do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, n.º 1, do artigo 13º da Lei n.º 102/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na rubrica 03.01.01.02 - Pessoal do quadro – Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Agosto de 2012).

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, na Praia, aos 6 de Setembro de 2012. – O Director-Geral, *Nilton Rocha Dias*.

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA

Gabinete do Ministro

Despacho nº 21/2012

Autoriza a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM) a proceder à cedência de terrenos para o desenvolvimento do Projecto de Ordenamento Detalhado do Melia White Sands Hotel & SPA, abreviadamente “POD – White Sands”, sito na subzona “Porto de Santa Mónica”, ZDTI de Santa Mónica.

Considerando a deliberação unânime da Assembleia Geral da SDTIBM, datada de 14 de Outubro de 2012, através da qual foi aprovado o Projecto de Ordenamento Detalhado do Melia White Sands Hotel & SPA, abreviadamente “POD – White Sands”, sito na subzona “Porto de Santa Mónica”, ZDTI de Santa Mónica, relativo ao lote POD.CSM.06;

Considerando, por um lado, que já se encontram aprovados o respectivo estudo de impacte ambiental, e por outro, o Plano de Ordenamento Turístico (POT) da ZDTI de Santa Mónica (Portaria n.º 21/2009, de 8 de Junho com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 25/2012, de 8 de Junho) e o POD “White Sands”, pelo que encontram-se reunidas as condições prévias para a cedência dos terrenos necessários para o desenvolvimento do Projecto “Melia White Sands Hotel & SPA”, aliás, como o previsto no n.º 1 do art.º 31.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de Agosto;

Considerando, finalmente, a deliberação da Assembleia Geral da SDTIBM realizada em Sal Rei, ilha da Boa Vista, constante da Acta n.º 1/2011, através da qual ficou o Conselho de Administração da SDTIBM autorizado a contratualizar a cedência de terrenos nas ZDTI que indica, incluindo nessas a ZDTI de Santa Mónica;

Assim,

Ao abrigo do disposto no art.º 35.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de Agosto, determina-se o seguinte:

- 1.º. Fica a SDTIBM autorizada a proceder à cedência dos terrenos necessários ao desenvolvimento do POD “White Sands”, relativo ao lote POD.CSM.06, sito na subzona “Porto de Santa Mónica”, ZDTI de Santa Mónica.
- 2.º. O presente despacho entra em vigor imediatamente.

Gabinete do Ministro do Turismo, Indústria e Energia, na Praia, aos 17 de Outubro de 2012. – O Ministro, *Humberto Santos de Brito*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Direcção dos Recursos Humanos

Extracto do despacho nº 1332/2012. – De S. Ex^a o ex-Ministro da Educação e Desporto:

De 30 de Março de 2010:

José Carlos Mendes Lopes, bacharel em ensino técnico – ramo electrónica – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária de “Achada Monte” São Miguel de Santiago, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25.º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extracto do despacho nº 1333/2012 – Da S. Ex^a o ex-Ministro da Educação e Desporto:

De 12 de Agosto de 2010:

Evanilde Sofia Rodrigues, licenciada em educação de infância – Universidade de Cabo Verde, contratada para exercer o cargo de educadora de infância de primeira, referência 9, escalão A, na Delegação do MED de São Miguel de Santiago, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25.º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 17 de Agosto de 2012).

Extracto do despacho nº 1334/2012 – Da S. Ex^a o ex-Ministro da Educação e Desporto:

De 4 de Novembro de 2010:

Ronise Cibele Sousa da Cruz, licenciada em letras, língua inglesa – Universidade Estadual da Paraíba, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24.º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25.º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.03 – Despesa com pessoal contratado.

Extracto do despacho nº 1335/2012 – Da S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 29 de Agosto de 2012:

Ângela Cabral Carvalho, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão C, em exercício de função no Liceu Domingos Ramos, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

José Maria de Pina Tavares, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

Extracto do despacho nº 1336/2012 – Da S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 31 de Agosto:

Maria da Luz Segredo dos Reis, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na escola Industrial e Comercial do Mindelo, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

Ernestina Almada Varela da Veiga, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão b, em exercício de função na Escola Secundária Abílio Duarte, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

Gorette Brígida de Fátima das Neves, professora do ensino secundário, referência 8, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária Teixeira de Sousa, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

Claudino da Veiga Mendonça, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B, em exercício de função na Escola Secundária Manuel Lopes, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

Arlindo dos Reis Furtado Mendes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função no Liceu Amílcar Cabral, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Francisco Maria Tavares Borges, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Fulgêncio Tavares, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

José Pedro Gomes Cardoso, professor do ensino secundário, referência 8, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária Teixeira de Sousa, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Conceição Gomes Furtado, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Armando Napoleão Fernandes, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Extracto do despacho n.º 1337/2012 – Da S. Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 12 de Setembro:

Júlia Maria Soares Silva, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão D, em exercício de função no Liceu Ludgero Lima, atribuída a redução de 8 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Extracto do despacho n.º 1338/2012 – Da S. Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 20 de Setembro:

Maria de Jesus Assunção, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Suzete Delgado, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Extracto do despacho n.º 1339/2012 – Da S. Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 3 de Outubro de 2012:

Alfredo Gomes de Pina, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, de nomeação definitiva na Delegação do MED de São Miguel – concedida licença sem vencimento por um período de 3 (três) anos, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2012, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 68.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

Luzia Mendes Oliveira, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva na Delegação do MED de Santa Catarina – concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 25 de Outubro de 2012, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 68.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

Clotilde de Fátima de Pina, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, do quadro definitivo da Delegação do MED de Praia, em licença sem vencimento de longa duração, desde 15 de Setembro de 2007, prorrogada a referida licença por período indeterminado, ao abrigo do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 3/2010 de 8 de Março.

Extracto do despacho n.º 1340/2012 – Da S. Ex.ª a Ministra da Educação e Desporto:

De 3 de Outubro:

Adélia da Cruz Sousa Furtado Tavares Correia, professora do ensino secundário de primeira referência 9, escalão B, em exercício de função na Escola Amor de Deus, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Almerindo José Maria Delgado de Jesus, professora do ensino secundário, referência 8, escalão E, em exercício de função na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, atribuída a redução de 8 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Elga Liné Monteiro Fernandes, professora do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Manuel Lopes de Brito, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária Fulgêncio Tavares, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Eduardo Carvalho Semedo, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de função no Centro Educativo Miraflores, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Maria Fernandes de Sousa Pontes Tavares, professora do ensino secundário de primeira referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Constantino Semedo, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Luís Santos Costa Pereira, professor do ensino secundário de primeira referência 9, escalão B, em exercício de função na Delegação da Praia, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Felisberto Lopes da Veiga, professor do ensino secundário de primeira referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária de São Miguel, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Adalberto Jorge Tavares Alvarenga Andrade, professor do ensino secundário de primeira referência 9, escalão A, em exercício de função na Delegação de Santa Catarina de Santiago, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Afrânio Augusto dos Reis Monteiro, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função no Liceu Amílcar Cabral, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

José Furtado Brito, professor do ensino secundário, referência 8, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária do Tarrafal, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Maria José Mendes de Pina, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária do Tarrafal, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Fidel Fernandes Teixeira, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária do Tarrafal, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Maria de Jesus da Graça Lopes, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária de Coculi, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Dulce Helena Pereira Levy, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função no Liceu Domingos Ramos, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Daniel Monteiro dos Reis Araújo, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão D, em exercício de função no Liceu Domingos Ramos, atribuída a redução de 8 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Maria Filomena dos Santos Moreira, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função no Cetro Educativo Miraflores, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Maria Madalena Gonçalves Monteiro Galvão, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Teixeira de Sousa, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Idalina Gomes Timas, professora do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de função na Escola Secundária Teixeira de Sousa, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Mirandolina Regina Ramos Pinto dos Reis Borges, professora do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, em exercício de função no Centro Educativo Miraflores, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Francisco Nascimento da Luz, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Abílio Duarte, atribuída a redução de 8 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Carla Elizabete Gomes Tavares, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Regina Silva, atribuída a redução de 2 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Cláudia Mariana Brandão Teixeira Silva, professora do ensino secundário principal, referência 10, escalão C, em exercício de função na Escola Secundária Cónego Jacinto, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Miguel Ângelo de Jesus Coelho Carvalho, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de função na Escola Secundária Cesaltina Ramos, atribuída a redução de 6 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Eugénio Nasolino Alves da Veiga, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, em exercício de função no Liceu Amílcar Cabral, atribuída a redução de 4 horas sobre a carga horária semanal da componente letiva, ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, a partir do regresso ao quadro de origem.

Extracto do despacho n.º 1341/2012 – Da S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 3 de Outubro:

Antero da Conceição Monteiro Fernandes, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, de nomeação definitiva na Escola Secundária Cesaltina Ramos, prorrogada a sua requisição para exercer o cargo de Diretor da Cooperação, Descentralização e Migração da Câmara Municipal de Santa Catarina de Santiago.

Extrato do Despacho n.º 1342/2012 – Da S. Ex^a o ex-Secretário de Estado da Educação e Desporto:

De 8 de Outubro de 2009:

Basileu Inácio Neves, bacharel em biologia marinha e pesca – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho n.º 1343/2012 – Da S. Ex^a o ex-Secretário de Estado da Educação e Desporto:

De 13 de Outubro de 2009:

Olímpio Olegário Mendes Tavares, licenciado em filosofia – Universidade Católica Portuguesa, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 17 de Agosto de 2012).

Extrato do Despacho n.º 1344/2012 – Da S. Ex^a o ex-Secretário de Estado da Educação e Desporto:

De 18 de Novembro de 2009:

Milena Furtado Varela, licenciada em psicologia – Fundação Edson Queiroz da Universidade de Fortaleza, Brasil, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária de “Chão Bom” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março conjugado com os n.ºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho com efeitos a partir de 23 de Novembro de 2009.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.03 – despesa com pessoal contratado.

Extrato do despacho n.º 1345/2012 – Da S. Ex^a o Diretor-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 24 de Maio de 2010:

Nuno Alexandre de Jesus Costa, bacharel em ensino técnico – ramo mecânica – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão, nos

termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, com efeitos a partir de 25 de Novembro de 2009.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1346/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 7 de Setembro de 2010:

Aires dos Reis Fortes da Cruz, bacharel em educação física – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária de “Coculi” de Santo Antão, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2010.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1347/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 27 de Setembro de 2010:

Losito Tavares de Sousa, licenciado em história – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária de “Achada Monte” São Miguel de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2010.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 17 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1348/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 15 de Outubro de 2010:

Linda Mafalda Vaz Tavares, licenciada em línguas literaturas e culturas – variante estudos ingleses – Universidade de Cabo Verde, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária de “São Miguel” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1349/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 20 de Outubro de 2010:

Eunice Helena Coronel Duarte, habilitada com o curso de formação de professores – Instituto Pedagógico, contratada para exercer o cargo de professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na Delegação do MED do “Sal”, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1350/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 24 de Outubro de 2010:

Ana Maria Fortes, licenciada em informática de gestão – Instituto de Estudos Superior Isidoro da Graça, contratada para exercer

o cargo de professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, na Escola Secundária “Suzete Delgado” de Santo Antão, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1351/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 24 de Outubro de 2010:

José Augusto Furtado Miranda, habilitado com o curso de formação de professores – Instituto Pedagógico, contratado para exercer o cargo de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na Delegação do MED de “São Miguel” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho a partir de 28 de Outubro de 2010.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1352/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 5 de Janeiro de 2011:

Idair Augusto Brito Camacho, licenciado em ensino da física – Universidade de Cabo Verde, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária do “Tarrafal” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1353/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 10 de Janeiro de 2011:

Liliana Linete Lima Lopes, licenciada em pedagogia – Universidade de Minas Gerais Brasil, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária do “Tarrafal” de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 27 de Janeiro de 2012).

Extrato do despacho nº 1354/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 29 de Março de 2011:

Anick Sofia Furtado da Cruz, licenciada em estudos cabo-verdianos e portugueses – Universidade de Cabo Verde, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária “Alfredo da Cruz Silva” Santa Cruz de Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1355/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 26 de Setembro de 2011:

Adilson Mendes Gonçalves, mestre em ciência política, cidadania e governação – Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias, Portugal, contratado para exercer o cargo de professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, na Escola Secundária “Cónego Jacinto Peregrino da Costa” Praia, Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 17 de Agosto de 2012).

Extrato do despacho nº 1356/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 12 de Outubro de 2011:

Maria do Livramento Campinha Lopes, licenciada em história – Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, contratada para exercer o cargo de professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na Escola Secundária “Abílio Duarte” Praia, Santiago, nos termos do artigo 21º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março conjugado com os nºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro e com o artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 10 de Agosto de 2012).

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.03 – despesa com o pessoal contratado.

Extrato do despacho nº 1357/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 21 de Março de 2012:

Ana Lurdes de Sousa Tavares, monitora especial referência 5 escalão C, em regime de contrato, exercendo funções na Delegação do MED de Santa Catarina de Santiago, na sequência de aquisição de novas habilitações literárias – curso de formação de professores do ensino básico – Instituto Pedagógico, reformulado o contrato para a categoria de professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 39º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março.

(Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Agosto de 2012).

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.01.03 – despesa com o pessoal contratado.

Extrato do despacho nº 1358/2012 – Da S. Exª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 3 de Outubro de 2012:

Eunisse Estevão Tavares dos Reis Landim, monitora especial, referência 5, escalão C, com contrato de trabalho a termo, concedida licença sem vencimento de curta duração, por um período de 3 (três) meses, ao abrigo dos artigos 46º e 47º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o nº 1 do artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 29 de Março, com efeitos a partir de 16 de Abril de 2012.

Rectificação nº 103/2012:

Por ter sido publicado de forma incorrecta na *Boletim Oficial* nº 46, II Série de 2 de Dezembro de 2009, o despacho de S. Exª ex-Ministra da Educação e Ensino Superior, de 23 de Junho de 2009, referente a transferência, para o quadro de pessoal do Instituto Pedagógico de Cabo Verde de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Manuel de Jesus Soares Tavares, assistente, referência II, escalão A, colocado na Escola de Formação de Professores do Ensino Básico de Assomada...

Deve ler-se:

Manuel de Jesus Soares Tavares, assistente, referência II, escalão A, colocado na Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Praia...

Rectificação nº 104/2012:

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* nº 58, II Série de 26 de Setembro de 2012, o despacho de S. Exª a Ministra da Educação, de 29 de Agosto de 2012, referente a redução da carga horária do professor Ladislau José Moreira Santos, professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

Ladislau José Moreira Gomes...

Deve ler-se:

Ladislau José Moreira Santos...

Rectificação nº 105/2012:

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* nº 60, II Série de 10 de Outubro de 2012, o despacho de S. Exª a Ministra da Educação e Desporto, de 3 de Julho de 2012, referente a promoção por mérito excepcional atribuído à Maria Augusta Alves de Oliveira Antunes, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

...referência 9, escalão B...

Deve ler-se:

...referência 9, escalão C...

Rectificação nº 106/2012:

Por ter sido publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* nº 60, II Série de 10 de Outubro de 2012, o despacho de S. Exª a Ministra da Educação e Desporto, de 3 de Julho de 2012, referente a promoção por mérito excepcional atribuído ao Carlos Quintino Craveiro Rocha, de novo se publica na parte que interessa.

Onde se lê:

...referencia 10, escalão D...

Deve ler-se:

...referencia 10, escalão E...

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desportos, na Praia, aos 10 de Outubro de 2012. – O Director, *Atanásio Tavares Monteiro*.

—oço—

**MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho nº 1359/2012. – De S. Exª a ex-Secretária de Estado da Agricultura:

De 7 de Setembro de 2007:

Lourenço Tavares Afonso, técnico-adjunto referência 11 escalão A, do quadro deste Ministério que se encontrava em efetividade serviço na Delegação de Santa Catarina, a seu pedido, é transferido para Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, com efeitos a partir da data do despacho.

Direcção de Administração e Gestão de Recursos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 16 de Outubro de 2012. – A Directora, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

PARTE G**MUNICÍPIO DA BOA VISTA****Câmara Municipal**

Extracto do despacho nº 1360/2012. – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista:

De 31 de Agosto de 2012:

Geraldo Sousa Brito, com formação de professor de ensino básico integrado 2^a fase, nomeado, para, em regime de contrato de gestão, desempenhar o cargo de Director do Gabinete das Actividades e Infraestruturas Desportivas da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Roberta Fragalá Barros, técnica superior, nomeado, para, em regime de contrato de gestão, desempenhar o cargo de Director do CEJ – Sal-Rei da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Extracto do despacho nº 1361/2012. – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista:

De 31 de Agosto de 2012:

Fabienne Louise Silva Oliveira, técnica superior, contratado, para, em regime de contrato de gestão, desempenhar o cargo de Director do Gabinete de Recursos Humanos da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Isaac Ricardo Lima Benholiel, frequência do curso de contabilidade, contratado, para, em regime de contrato de gestão, desempenhar o cargo de Director do Gabinete de Ambiente, Saneamento Básico e Fiscalização da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Gilson César Fragalá Barros, técnica superior, contratado, para, em regime de contrato de gestão, desempenhar o cargo de Director da Juventude e Cultura da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

As despesas têm cabimento no código 03.01.01.03., do orçamento vigente da Câmara Municipal da Boa Vista.

Câmara Municipal da Boa Vista, aos 12 de Setembro de 2012. – A Secretária Municipal, *Irlandina Livramento Ramos Duarte*.

—————o§o—————
MUNICÍPIO DO MAIO

Câmara Municipal

Deliberação nº 002/2012:

de 14 de Agosto

Carolina Livramento Santos, técnica superior, referência 13, escalão A, prorrogado o contrato a termo em conformidade com o nº 2 do

artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e alínea b) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei 46/89 de 26 de Junho, alterado pela Lei nº 77/III/90 de 29 de Junho, com efeitos a partir de 2 de Setembro de 2012.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na rubrica “pessoal contratado”, código 03.01.01.03 dos serviços técnicos do orçamento em vigor.

Orlanda Eugénia dos Santos Gomes Monteiro, auxiliar administrativo, referência 2, escalão A, prorrogado o contrato a termo em conformidade com o nº 2 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e alínea b) do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei 46/89 de 26 de Junho, alterado pela lei nº 77/III/90 de 29 de Junho, com efeitos a partir de 28 de Junho de 2012.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita na rubrica “pessoal contratado”, código 03.01.01.03 da divisão de administração, finanças e património do orçamento em vigor.

(Visados pelo Tribunal de em 27 de Setembro de 2012).

—————
Deliberação nº 003/2012:

de 13 de Setembro

Miguel Silva Rosa, técnico superior, referência 13, escalão A, da Câmara Municipal do Maio, concedida licença sem retribuição por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2012, nos termos dos artigos 65º a 68º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

O Presidente da Câmara Municipal do Maio, *Manuel Ribeiro*.

—————o§o—————
**MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA
DE FGOGO**

Câmara Municipal

Deliberação nº 002/2012:

A Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, reunida na sua primeira sessão ordinária no dia 17 de Agosto de 2012, após a discussão da proposta apresentada pelo seu Presidente, deliberou:

Nomear nos termos do artigo 112º n.ºs 1 e 2 da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o artigo 3º, do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, João Fernandes Fontes, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Secretário Municipal, da Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimentos na dotação inscrita no Código 03.01.01.03 (Direcção Administração e Finanças), do Orçamento Municipal para o ano económico de 2012.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Outubro de 2012).

Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo, aos 13 de Outubro de 2012. – O Secretário Municipal, *Luis Silva Barros Alves*.

MUNICÍPIO DO SAL

Câmara Municipal

Extracto do despacho nº 1362/2012 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 20 de Agosto de 2012:

Odair Augusto Almeida Brito, contratado, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, para nos termos conjugados dos artigos 92º, n.º 2, alínea *d*) da Lei n.º 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, artigo 35º do Decreto-Lei 86/92 de 16 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007 de 16 de Outubro, exercer a categoria de operário qualificado, referência 7, escalão A, nesta Câmara Municipal, com efeito a partir do dia 27 de Agosto de 2012.

Ronilda Delgado Correia Gomes, contratado, por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, alterado pela Lei n.º 77/III/90, de 29 de Junho, para nos termos conjugados dos artigos 92º, n.º 2, alínea *d*) da Lei n.º 134/IV/95 de 3 de Julho, do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, artigo 33º do Decreto-Lei 86/92 de 16 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007 de 16 de Outubro, exercer a categoria de técnico profissional, referência 8, escalão B, nesta Câmara Municipal, com efeito a partir do dia 27 de Agosto de 2012.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.62.01.02., do orçamento vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas a 1 de Outubro de 2012).

Câmara Municipal do Sal, aos 9 de Outubro de 2012. – O Secretário Municipal, *José Lourenço do Rosário Lopes*.

—o\$—

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Extracto do despacho nº 1363/2012 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 4 de Maio de 2012:

Décia Helena Fernandes Freire, arquitecta da Câmara Municipal do Tarrafal, concedida licença sem vencimento até noventa dias, nos termos do artigo 46º e 47º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 4 de Julho de 2012.

Extracto do despacho nº 1364/2012 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 29 de Maio de 2012:

Belarmino Ferreira Lopes, técnico superior, referência 15, escalão C, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal, desempenhando em comissão de serviço o cargo de Director do Serviço Autónomo de Água, promovido a técnico superior, referência 16, escalão D, nos termos do disposto na alínea *b*) do artigo 10º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho e n.º 2 do artigo 15º da Lei n.º 14/IV/91, de Dezembro, conjugados com artigo 4º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 10/93, de 8 de Março, e artigos 20º e 21º ambos do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho.

Extracto do despacho nº 1365/2012. – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 14 de Julho de 2012:

Manuel dos Santos Ferreira, técnico profissional, de II nível, desempenhando as funções de canalizador de Serviço Autónomo de Água, concedida licença sem vencimento até noventa dias, nos termos do artigo 46º e 47º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 10 de Outubro de 2012.

Extracto do despacho nº 1366/2012. – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 14 de Julho de 2012:

Teresa de Santa Tavares Silva, técnico profissional, de II nível, referência 7, escalão A, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47º, e o n.º 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 12 de Março de 2009.

Extracto do despacho nº 1367/2012. – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 6 de Setembro de 2012:

Filomena Tavares Fernandes, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão E, do quadro privativo da Câmara Municipal do Tarrafal, concedida licença sem vencimento até noventa dias, nos termos do artigo 46º e 47º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 10 de Outubro de 2012.

Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, aos 10 de Outubro de 2012. – A Secretária Municipal, *Suzy Soares Rosa*.

PARTE H**ORDEM DOS ADVOGADOS
DE CABO VERDE****Mesa da Assembleia-Geral****Anúncio nº 41/2012**

Nos termos do número 2 do artigo 87º dos estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, aprovados pela Lei nº 91/VI/2006, de 9 de Janeiro, após a verificação da regularidade da candidatura e o suprimento, no prazo legal, das irregularidades, a mesa da assembleia geral da Ordem dos Advogados de Cabo-Verde na sua reunião de 22 de outubro de 2012, admitiu definitivamente a lista única de candidatura aos órgãos nacionais da Ordem dos Advogados de Cabo-Verde que se segue, ordenando a sua publicação na II Série do *Boletim Oficial* e afixação na Sede Nacional, na Sede da Delegação de Barlavento e, sendo possível, nos Edifícios dos Tribunais de Comarca da Praia, São Vicente, Santa Catarina de Santiago, Sal e Fogo:

**LISTA ÚNICA DE CANDIDATURA AOS ÓRGÃOS NACIONAIS
DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE CABO-VERDE****1- Mesa da Assembleia Geral**

Dr. David Hopffer Almada – Presidente
Dra. Vera Lúcia Andrade - Vice-presidente
Dr. Ilídio Cruz - Vice-presidente
Dra. Karine Andrade – Secretária
Dra. Dulce Silva - Secretária

2- Bastonário e Conselho Superior

Dra. Leida Helena Maurício dos Santos - Bastonário
Dr. José Manuel Pinto Monteiro - Vice-presidente
Dra. Sofia Oliveira Lima - Secretária-geral

Dra. Lídia Sancha - Vogal
Dr. Keita Monteiro - Vogal
Dr. Eneida Lima - Suplente
Dr. Manuel Barros de Pina - Suplente

3- Conselho Nacional

Dr. Ubaldo Lopes - Vogal
Dr. Aristides Dias Pereira - Vogal
Dr. José António Tavares - Vogal
Dra. Aléxia Fonseca de Pina - Vogal
Dra. Ronise Évora - Vogal
Dra. Seila Pires - Vogal

4- Conselho de Deontologia e Disciplina

Dr. João Marcelino do Rosário - Presidente (Advogado)
Dr. Cristina Leite - Vice-presidente (Advogado)
Dr. João Gomes - Vice-presidente (Advogado)
Dra. Anete Maria Moreno Mendes - Vogal (Advogado)
Dr. Adindo Tavares Pereira - Vogal (Advogado)
Dr. António Gonçalves - Vogal (Advogado)
Manuela Brito - Vogal (Cidadão)
Dulce Andrea Dupret Fonseca - Vogal (Cidadão)
Lino Públio Pinto Monteiro - Vogal (Cidadão)

Mesa de Assembleia-Geral da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, na Praia, aos 22 de Outubro de 2012. – O Presidente, *Simão Monteiro*.

PARTE I 1**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral de Administração****Anúncio de concurso nº 42/2012**

Conforme o anúncio de concurso n.º 28/2012, da Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, publicado no *Boletim Oficial* n.º 53, II Série, de 22 de Agosto de 2012.

Classificação final dos candidatos aprovados no concurso de recrutamento de condutores, homologado por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Justiça, de 16 de Outubro de 2012

1	Emanuel de Jesus Pereira Rocha	Praia - Santiago	18,40
2	António Sebastião Barros Spencer	Praia - Santiago	17,76

3	José Nelito Sousa Monteiro	Praia - Santiago	17,36
4	João Augusto de Pina Gonçalves	Praia - Santiago	17,04
5	Elizandro Almeida Andrade	Praia - Santiago	16,48
6	Nataniel Silvano de Almeida	Praia - Santiago	13,68
7	Rosalino Tavares Fernandes	Santa Cruz - Santiago	13,36
8	Lúcio Pereira Fernandes	Praia - Santiago	11,68
9	Delfino Silvestre Moreno Mendes	Praia - Santiago	10,96
10	Davidson Andrade Gomes	Praia - Santiago	10,88
11	Milton Augusto dos Reis Almeida	Praia - Santiago	10,56
12	Jailson António Tavares Borges Fernandes	Praia - Santiago	10,24

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração, do Ministério da Justiça, na Praia, aos 17 de Outubro de 2012. – O Director, *Filipe de Carvalho*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto publicação de sociedade nº 408/2012:

Certificando uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BAIRRO KUAME N’KRUMAH”308

Extracto publicação de sociedade nº 409/2012:

Certificando um registo de mudança de denominação, transmissões, resultante de divisões de quotas, recomposição e nomeação da gerência e vinculação da sociedade comercial unipessoal por quotas denominada “S.P. COMÉRCIO GERAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”308

Extracto publicação de sociedade nº 410/2012:

Certificando um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “MIT-CAV – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.”309

Extracto publicação de sociedade nº 411/2012:

Certificando um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “MERC-CAV – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.”309

Extracto publicação de sociedade nº 412/2012:

Certificando um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “ARCV – AUTO REPARADORA DE CABO VERDE, S.A.”309

Extracto publicação de sociedade nº 413/2012:

Certificando um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “DISTRICAR, S.A.”309

Extracto publicação de sociedade nº 414/2012:

Certificando uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DE BAGAGEIROS E SERVENTES DE CABO VERDE – ABSCV”309

Extracto publicação de sociedade nº 415/2012:	
Certificando uma sociedade comercial por quotas, firma “IBERLASER. LDA”.....	310
Extracto publicação de sociedade nº 416/2012:	
Certificando um registo de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “TUCAN – CV, LDA”.....	310
Extracto publicação de sociedade nº 417/2012:	
Certificando a constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO CAPITÃO AMBRÓSIO”.....	310
Extracto publicação de sociedade nº 418/2012:	
Certificando a constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR DR. JOSÉ AUGUSTO PINTO”.....	311
Extracto publicação de sociedade nº 419/2012:	
Certificando a constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO CENTRO REDENTOR DE LOMBINHO”.....	311
Extracto publicação de sociedade nº 420/2012:	
Certificando a alteração do artigo 4º do estatuto da sociedade “AFOCA – AGENCIA DE FOMENTO À OCUPAÇÃO E ANIMAÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoAL LIMITADA”.....	311
Extracto publicação de sociedade nº 421/2012:	
Certificando um registo de cessão de quotas, mudança da gerência, forma de obrigar e alteração do objecto social, da sociedade por quotas denominada “SERVICE POINT, LDA”.....	311
Extracto publicação de sociedade nº 422/2012:	
Certificando um averbamento dum alteração parcial do pacto social referente à sociedade denominada “LAMBELHO RAMOS CONSTRUÇÃO, LDA”, que transformou em “F3 – AMBIENTE E CONSTRVÇÃO, S.A”.....	311
Extracto publicação de sociedade nº 423/2012:	
Certificando um averbamento dum cessão de quotas referente à sociedade denominada “LUREC – AMBIENTE E CONSTRUÇÃO, LIMITADA”.....	312
TECNICIL IMOBILIÁRIA – SOCIEDADE UNIPessoAL, S.A.	
Assembleia Geral:	
Convocatória nº 14/2012:	
Convocando os obrigacionistas titulares da 1ª Emissão Obrigacionista da Tecnicil Imobiliária – Sociedade Unipessoal, S.A., para a reunião da assembleia geral anual ordinária de Obrigacionistas.....	312

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia

Extracto publicação de sociedade nº 408/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BAIRRO KUAME N’KRUMAH”, com sede no Bairro Craveiro Lopes, Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de dez mil escudos, tendo por finalidade principal:

Fomentar o desporto, a educação física, a cultura, o recreio, a formação profissional, a acção social e se encontra exarada um averbamento de mudança da denominação da associação.

Artigo alterado: 1.º.

Termos da alteração:

FIRMA: “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA BAIRRO CRAVEIRO LOPES – ADESEA-CL”.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 24 de Setembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 409/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de mudança de denominação, transmissões, resultante de divisões de quotas, recomposição e nomeação da gerência e vinculação da sociedade comercial unipessoal por quotas denominada “S.P. COMÉRCIO GERAL, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”, com sede na Rua Serpa Pinto, n.ºs 36 e 36-A, Plateau, Cidade da Praia e o capital social de 1.500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3326/2012/06/22.

CEDENTE: António José Santos Pereira.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 165546476.

QUOTA DIVIDIDA: 1.500.000\$00.

QUOTA TRANSMITIDA: 900.000\$00.

CESSIONÁRIA; CHERGEST – Gestão de Investimentos e Participações Sociais, SGPS, S. A.

Sede: Rua de São José, n.º 35, 3.º B/C, Edifício Libersil, 1150-321, Lisboa.

Matricula: 509726003, Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Capital: 2.246.215,00 Euros.

QUOTA TRANSMITIDA: 225.000\$00.

CESSIONÁRIA: Maria de Fátima Afonso Pereira.

Estado civil: divorciada.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 164760008.

Artigos alterados: 1.º, 4.º e 5.º, n.ºs 2 e 3.

Termos das alterações:

FIRMA: S.P. – COMÉRCIO GERAL, LDA”.

CAPITAL: 1.500.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

António José Santos Pereira, 375.000\$00.

CHERGEST- Gestão de Investimentos e Participações Sociais, SGPS, S.A., 900.000\$00.

Maria de Fátima Afonso Pereira, 225.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelos senhores António José Santos Pereira e Luís António dos Santos Bastos.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura de qualquer um dos gerentes ou de um procurador devidamente mandatado.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 27 de Setembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 410/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “MITCAV – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.”, com sede em Achada Grande Frente, Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 953/2001/01/19.

CAUSA: Deliberação datada de 3 de Agosto de 2012.

LIQUIDATÁRIO: Dr. Carlos Jorge

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 2 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 411/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “MERCAY – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.”, com sede em Achada Grande Frente, Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 952/2001/01/19.

CAUSA: Deliberação datada de 3 de Agosto de 2012.

LIQUIDATÁRIO: Dr. Carlos Jorge Duarte Santos.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 2 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 412/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “ARCV – AUTO REPARADORA DE CABO VERDE, S.A.”, com sede na Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 855/2000/05/09.

CAUSA: Deliberação datada de 03 de Agosto de 2012.

LIQUIDATÁRIO: Dr. Carlos Jorge Duarte Santos.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 2 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 413/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução e liquidação da sociedade comercial anónima denominada “DISTRICAR, S.A.”, com sede nesta Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 964/2001/02/09.

CAUSA: Deliberação datada de 3 de Agosto de 2012.

LIQUIDATÁRIO: Dr. Carlos Jorge Duarte Santos.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 2 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 414/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DE BAGAGEIROS E SERVENTES DE CABO VERDE – ABSCV”, com sede na Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de dez mil escudos, tendo por finalidade principal:

Proporcionar o desenvolvimento profissional da classe e realizar actividades que visem promover o aperfeiçoamento social, profissional, cultural, físico, económico e moral dos seus membros, de acordo com os princípios consagrados nos presentes estatutos.

Membros da direcção:

Presidente do conselho directivo: Eurico Fortes Martins.

Presidente da mesa da assembleia: Carlos Tavares Moreno.

Presidente do conselho fiscal: Manuel da Conceição Lopes Tavares.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 2 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 415/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “IBERLASER. LDA”.

SEDE: 1. Palmarejo – Cidade da Praia.

2. Por simples deliberação da gerência poder ser criadas sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

- a) Importação e exportação de bens e matéria-prima.
- b) Comercialização geral a grosso e a retalho.
- c) Pode adquirir, livremente, participações em sociedade com objecto diferente do seu ou em sociedades reguladas por leis especiais e integrar agrupamentos complementares de empresas.

CAPITAL: 200.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 100.000\$00.

TITULAR: Heitor Lopes Correia Almeida.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 108486060.

QUOTA: 50.000\$00.

TITULAR: José Luís de Andrade Morgado.

Estado civil: divorciado.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 165604263.

QUOTA: 50.000\$00.

TITULAR: Lucinda de Fátima Alcobia da Conceição Santos

Estado civil: divorciada.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 165603968.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio Heitor Lopes Correia Almeida.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 12 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto publicação de sociedade nº 416/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração do objecto da sociedade comercial denominada “TUCAN – CV, LDA”, com sede em Achada Grande Frente, Cidade da Praia e o capital social de 210.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 19476/2011/07/19.

Artigo alterado: 3.º.

Termos da alteração:

OBJECTO:

- a) Comércio geral importação e exportação, comércio a grosso e retalho de minerais, metais, cimento, material de construção, equipamentos sanitários, vidro, ladrilhos, colas e similares, em casas da especialidade.
- b) Comércio por grosso e retalho não especializado, comércio por grosso e a retalho de produtos e outros bens de consumo, comércio por grosso e a retalho de equipamentos eléctricos, comunicação e suas partes.
- c) Comércio por grosso e a retalho de equipamentos, máquinas e outros produtos agrícolas.
- d) Comércio por grosso e a retalho de outras máquinas e equipamentos e suas partes.
- e) Comércio por grosso e a retalho de ferragens, ferramentas e artigos de canalização.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 12 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente

Extracto publicação de sociedade nº 417/2012:

A CONSERVADORA: JOÃO DE DEUS NOBRE CHANTRE LOPES DA SILVA

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia oito de Junho de dois mil e doze, no Cartório Notarial de São Vicente, perante Dr. Manuel do Rosário Delgado Dias, Oficial Conservador/Notário de Terceira Classe, no impedimento do Notário e conforme despacho do Diretor-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, em sua substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/Quarenta e Oito, a folhas quatro, verso a escritura de constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO CAPITÃO AMBRÓSIO”, com sede em Ribeira Bote, Cidade do Mindelo – São Vicente, de duração indeterminada e o património inicial de onze mil escudos, representada perante terceiros pelo presidente da direcção, e cujos fins são:

Desenvolvimento de actividades no domínio sócio-económico, abrangendo as áreas de educação, desporto, saúde, cultura e recreação, com incidência especial na integração e desenvolvimento social, redução de desigualdades e da pobreza, promoção da saúde e bem-estar, protecção do meio ambiente e o desenvolvimento de prática de solidariedade e ajuda mútua.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos 20 de Agosto de 2012. – O Notário, *João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva*.

Obs. Dá se sem efeito a publicação feita no *Boletim Oficial* II Série nº 44/2012, de 28 de Junho.

Extracto publicação de sociedade nº 418/2012:

A CONSERVADORA: JOÃO DE DEUS NOBRE CHANTRE LOPES DA SILVA

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia treze de Junho de dois mil e doze, no Cartório Notarial de São Vicente, perante o Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/Quarenta e Oito, a folhas dezoito, verso a escritura de constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR DR. JOSÉ AUGUSTO PINTO”, com sede em Mindelo – São Vicente, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e o património inicial de dez mil escudos, representada perante terceiros pelo presidente da direção, e cujos fins são:

Promoção do desporto escolar, Representação da ESJAP em competições escolares. Representação da ESJAP em competições Regionais.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos 21 de Agosto de 2012. – O Notário, *João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva*.

Obs. Dá sem efeito a publicação feita no *Boletim Oficial* II Série nº 44/2012, de 28 de Junho.

Extracto publicação de sociedade nº 419/2012:

A CONSERVADORA: JOÃO DE DEUS NOBRE CHANTRE LOPES DA SILVA

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia catorze de Junho de dois mil e doze, no Cartório Notarial de São Vicente, perante o Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/Quarenta e Oito, a folhas vinte e três, a escritura de constituição da associação denominada “ASSOCIAÇÃO CENTRO REDENTOR DE LOMBINHO”, com sede em Lombinho do Paul – Ilha de Santo Antão, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e o património inicial de duzentos mil escudos, representada perante terceiros pelo presidente da direção, e cujos fins são:

Promover a prática do racionalismo cristão como doutrina filosófica de carácter espiritualista.

Está conforme.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo, aos 21 de Agosto de 2012. – O Notário, *João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva*.

Obs. Dá sem efeito a publicação feita no *Boletim Oficial* II Série nº 44/2012, de 28 de Junho.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel da Região de 1ª Classe de São Vicente

Extracto publicação de sociedade nº 420/2012:

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 1641 – AFOCA – Agência de Fomento à ocupação e Animação, Sociedade Unipessoal Limitada;
- c) Que foi requerida pelo nº 6 do diário do dia 1 de Outubro do corrente por Silas Leite;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 1041/2012:

Artº 22º 11.2)	200\$00
SOMA	200\$00
15% de selo	200\$00
SOMA TOTAL	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Alteração do artigo 4º do estatuto da sociedade “AFOCA – AGENCIA DE FOMENTO À OCUPAÇÃO E ANIMAÇÃO, SOCIEDADE UNIPES-SOAL LIMITADA” Matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente, sob o nº 1641.

Artigo 4º

Capital social

Aumento do capital social de 200.000\$00 para 800.000\$00 aumento de 600.000\$00 por entrada em dinheiro pelo sócio único Silas Andrade Modesto Leite.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato. Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 4 de Outubro de 2012. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe da Boa Vista

Extracto publicação de sociedade nº 421/2012:

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

EXTRATO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas, mudança da gerência, forma de obrigar e alteração do objecto social, da sociedade por quotas denominada “SERVICE POINT, LDA” com sede em Sal Rei – Boa Vista com o capital de 1.500.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 1963720110830.

CEDENTE: Elida Maria Mendes Mosso, casada, natural da ilha da Boa Vista, residente nesta cidade Sal Rei – Boa Vista.

QUOTA CEDIDA: 750.000\$00

CESSIONÁRIO: Walter Emanuel da Silva Évora, solteiro, maior, natural desta Ilha, residente Cidade de Sal Rei – Boa Vista.

CEDENTE: Walter Emanuel da Silva Évora, já identificado.

QUOTA CEDIDA: 750.000\$00.

CESSIONÁRIA: Janette Lima Évora, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Isabel – Boa Vista, residente nesta Cidade de Sal-Rei – Boa Vista.

Artigos alterados: 3º, 4º e 5º

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a exploração de estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares e cafetarias; comércio a retalho de alimentos e bebidas.

Exerce também actividade de consultoria, prestação de serviços a aluguer de viaturas.

Artigo 4º

Capital é 1.500.000\$00, (um milhão e quinhentos mil escudos), distribuído da seguinte forma:

- Walter Emanuel da Silva Évora; 750.000\$00
- Janette Lima Évora; 750.000\$00

Artigo 5º

A gerência da sociedade é exercida pelos sócios Walter Emanuel da Silva Évora e Janette Lima Évora.

A sociedade obriga pela assinatura de qualquer um dos sócios gerentes.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 16 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal

Extracto Publicação de Sociedade nº 422/2012

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRATO

Certifico, para efeito de publicação, que a presente fotocópia anexa composta por cinco folhas é o novo estatuto referente ao averbamento duma alteração parcial do pacto social referente à sociedade denominada “LAMBELHO RAMOS CONSTRUÇÃO, LDA”, que transformou em “F3 – AMBIENTE E CONSTRUÇÃO, S.A”, matriculada na Casa do Cidadão – Sal sob o nº 16270.2010.09.17.

Conta nº 747/2012.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 24 de Agosto de 2012. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto publicação de sociedade nº 423/2012

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento duma cessão de quotas referente à sociedade denominada “LUREC – AMBIENTE E CONSTRUÇÃO, LIMITADA”, matriculada nesta Conservatória sob o nº 1.328/06.11.24 e em consequência o artigo 4º passa a ter a seguinte redacção:

Capital social

(Artigo 4º)

O capital social, integralmente realizado, é de cinco milhões de escudos distribuído da forma seguinte:

- a) Uma quota com o valor nominal de 1.250.000\$00 pertencente ao sócio “LAMBELHO RAMOS CONSTRUÇÃO, LDA”, que corresponde a 25% do capital social;
- b) Uma quota com o valor nominal de 2.500.000\$00 pertencente ao sócio “LUREC – LIMPEZA URBANA E RECICLAGEM, S.A. que corresponde a 50% do capital social;
- c) Uma quota com o valor nominal de 1.250.000\$00 pertencente ao sócio “LAMBELHO RAMOS CONSTRUÇÃO, LDA”, que corresponde a 25% do capital social.

Gerência

(Artigo 6º)

A gerência, remunerada ou não conforme vier a ser deliberado pela assembleia geral, fica a cargo um conselho de gerência que é presidido pelo senhor Rui Manuel de Sousa Ramos, composto por três membros:

Rui Manuel de Sousa Ramos, Simão Pedro Fortuna de Sousa Ramos e João Manuel Clemente Félix.

A Sociedade vincula com a assinatura disjunta do presidente ou conjunta dos restantes membros.

Conta nº 831/2012.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 17 de Setembro de 2012. – A Notária, *Francisca Teodora Lopes*.

TECNICIL IMOBILIÁRIA – SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A**Assembleia-Geral****Convocatória nº 14/2012**

Nos termos das disposições legais, designadamente do artigo 397º do CEC – Código das Empresas Comerciais, e estatutárias são convocados todos os obrigacionistas titulares da 1ª Emissão Obrigacionista da Tecnicil Imobiliária – Sociedade Unipessoal, S.A., para a reunião da assembleia geral anual ordinária de Obrigacionistas, no próximo dia 26 de Novembro de 2012, pelas 10:30 horas, que terá lugar na Sala de Reuniões da Tecnicil S.G.P.S., em Palmarejo Baixo, Empreendimento “Ondas do Mar” com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação do Relatório de Gestão & Contas do Exercício de 2011;
- Apresentação de uma análise sucinta da situação económico-financeira da sociedade emitente, bem como da sua gestão;
- Diversos.

Informa-se os Obrigacionistas que o Relatório e as Contas referidos podem ser consultados na Sede da Sociedade, Edifício Ondas do Mar em Palmarejo Baixo, nas horas normais de expediente.

Mais se informa os Obrigacionistas que:

1. Podem fazer-se representar na assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao presidente da assembleia geral de Obrigacionistas, o signatário enquanto Representante Comum, com a assinatura reconhecida por notário;
2. A cada obrigação, corresponde um voto;
3. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos obrigacionistas presentes ou representados, vinculados os ausentes e discordantes.

Mesa da Assembleia-Geral da Tecnicil Imobiliária, na Cidade da Praia, aos 9 Outubro de 2012. – O Representante Comum dos Obrigacionistas, *Arlindo Tavares*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.